



**Tribunal de Justiça  
do Estado do Maranhão**

**CLIPPING IMPRESSO**

**29/08/2018**

# INDICE

---

1. JORNAL AGORA SANTA INÊS	
1.1. COMARCAS.....	1
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	2
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. COMARCAS.....	3
3. JORNAL EXTRA	
3.1. PRESIDÊNCIA.....	4
3.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	5
4. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	
4.1. CNJ.....	6
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	7
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	8
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. CNJ.....	9
7.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	10 - 11
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMARCAS.....	12 - 13
8.2. DECISÕES.....	14
8.3. PRESIDÊNCIA.....	15
8.4. SEGURANÇA.....	16
8.5. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	17
8.6. VARA CRIMINAL.....	18
8.7. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	19 - 21

## MAIS DE 200 MUDAS SÃO PLANTADAS AS MARGENS DO RIO PINDARÉ

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Pindaré Mirim, com o apoio da Comarca do município realizou na manhã de quarta-feira (15) o reflorestamento de uma área desmatada às margens do Rio Pindaré, nas proximidades de um balneário conhecido

como “Volta Morta”. Na ação foram plantadas 250 mudas nativas, como parte do Projeto de Reflorestamento das margens do Rio Pindaré desenvolvido pela Secretaria de Meio Ambiente. Participaram do plantio dezenas de alunos das escolas “João Cardoso

Campos” e “João Silva”. “Entendemos que ações desse tipo é de grande importância e urgente para minimizar os impactos ambientais visíveis na bacia hidrográfica do Rio Pindaré. Portanto, precisando envolver o poder público, as escolas, a popula-

ção ribeirinha e a comunidade em geral nesse trabalho”, destacou o secretário adjunto do Meio Ambiente, Nilton César. Novas ações de reflorestamento serão desenvolvidas nos próximos meses, de acordo com a secretaria.

Fonte: Portal Pindaré



Na ação foram plantadas 250 mudas nativas

# SEMANA DOS ENCARCERADOS SERÁ REALIZADA EM SANTA INÊS



## Banner semana do encarcerado

A Unidade Prisional de Ressocialização de Santa Inês – UPRSI, receberá a 19ª Semana do Encarcerado, com o Tema “Reintegração Social: O sistema penitenciário no rumo certo”, que terá início a partir da próxima segunda-feira, dia 27, e seguirá até o dia 31 de agosto. “Essa semana tem o intuito de mostrar as atividades desenvolvidas dentro do sistema penitenciário, em prol da reintegração desse

detento na sociedade”, ressaltou a assistente social da UPRSI, Cide Leila Nunes Martins Medeiros. Na unidade prisional os internos têm aulas para conclusão do ensino fundamental e ensino médio, além de oficinas de artesanato, fábrica de vassouras, e recentemente oito detentos se formaram em operador de computador, pelo IFMA, onde todos os dias os professores da instituição federal se deslocavam até a UPRSI para dar aulas aos detentos. A programação dará início às 09h, de segunda-feira à sexta-feira, para começar todos os dias será realizado culto e missa trazendo assim a palavra de Deus, logo após as atividades previstas para cada dia específico, de acordo com a programação abaixo.

## A SEMANA

Na segunda-feira, será o dia Cultural, com apresentações culturais de dança, conto e uma apresentação especial de Capoeira da cidade de Pindaré.

Na terça-feira, será o dia Jurídico, com palestras de advogados e promotores sobre informações referente a reintegração social.

Na quarta, será o dia de Cuidado da Saúde, com consultas médicas, palestras de tuberculose e hanseníase, além de realização de testes rápidos e aferição de pressão e glicose.

Na quinta-feira, será o dia esportivo, onde os internos praticarão atividades esportivas.

Na sexta-feira, o último dia da semana do encarcerado, será o dia com a família, onde os detentos receberão as visitas de familiares, esposa e filhos.

# Buriticupu: 1ª Vara inscreve projetos para destinação de recursos financeiros

*O resultado da escolha dos projetos selecionados será divulgado no Fórum de Buriticupu e na imprensa local até o dia 1º de outubro de 2018*

A 1ª Vara de Buriticupu publicou Edital de inscrições para seleção de projetos sociais interessados em receber recursos financeiros, que são arrecadados com as prestações pecuniárias, suspensão condicional do processo ou da pena e transações penais homologadas na unidade judicial.

As inscrições começaram nessa segunda-feira (27) e vão até o dia 17 de setembro. Podem participar da seleção todas as entidades públicas ou privadas, com comprovada finalidade social e sem fins lucrativos, sediadas nos Municípios de Buriticupu e Bom Jesus das Selvas. As inscrições poderão ser efetuadas no horário das 08:00h às 18:00h, de segunda a sexta-feira, na Secretaria da 1ª Vara da Comarca de Buriticupu. O resultado da escolha dos projetos selecionados será divulgado no Fórum de Buriticupu e na imprensa local até o dia 1º de outubro de 2018.

O Edital tem a assinatura do juiz titular Raphael Leite Guedes, que considerou o que determina a Resolução nº 154 do Conselho Nacional de Justiça e no Provimento nº 10, de 30 de novembro de 2012, da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

O magistrado ressalta no Edital que os valores depositados, quando não destinados à vítima ou aos seus dependentes, serão, preferencialmente, destinados à entidade pública ou privada, com finalidade social e sem fins lucrativos, previamente conveniada, ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação, cultura e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social, a critério da unidade gestora. Para participar a entidade deve estar regularmente constituída há pelo menos 01 (um) ano e será priorizado repasse aos beneficiários que apresentem projetos com maior viabilidade de implementação, bem como apresentem serviços de maior relevância pública e social.

O documento ressalta que a formalização do convênio não obriga a unidade judicial ao custeio integral do projeto, mas tão somente ao repasse de valores dentro das possibilidades da 1ª Vara de Buriticupu. “É vedada a participação de pessoas jurídicas e/ou projetos com fins lucrativos ou políticos partidários, que não esteja localizada ou não realize suas atividades nos Municípios de Buriticupu e/ou Bom Jesus das Selvas, que estejam em mora com a Administração Pública

Direta e Indireta relativamente à prestação de contas de outros recursos anteriormente recebidos ou, quando apresentadas as respectivas contas, não tenham sido aprovadas”, explica o juiz no Edital.

## Documentação

No ato da inscrição, os interessados deverão apresentar documentos constitutivos da entidade, bem como da pessoa habilitada para representá-la, nos termos do seu ato constitutivo e cadastro no CNPJ e, ainda, projeto a ser desenvolvido no âmbito dos Municípios de Buriticupu e/ou Bom Jesus das Selvas, com atividades de caráter educativo (escolar ou esportivo) de crianças, adolescentes ou idosos, cultural e saúde. Deverão apresentar, também, certidões negativas da entidade, cíveis e criminais, emitidas pelo órgão da Justiça Estadual da Comarca de Buriticupu.

“Caso a entidade tenha sido beneficiada com recursos públicos anteriormente, deverá apresentar documentação que comprove não estar em mora com a Administração Pública Direta e Indireta relativamente à prestação de contas ou que não tenha tido suas contas reprovadas”, observa item do Edital. **(TJMA)**

## Presidente do TJMA recebe procurador da República de Portugal

O procurador da República de Portugal, João Paulo Borgez Bichão – acompanhado do desembargador Froz Sobrinho – reuniu-se com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, no Palácio Clóvis Beviláqua.

Na ocasião, os desembargadores Joaquim Figueiredo, Fróz Sobrinho e Raimundo Barros tiveram a oportunidade de trocar impressões, sobretudo na questão dos direitos humanos com João Paulo Borgez Bichão, numa troca de experiência importante e muito proveitosa.

Durante a visita, João Paulo Borgez Bichão – doutor e pós-doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (Espanha) – foi homenageado com a Medalha do Centenário do Tribunal de Justiça do Maranhão, entregue pelo presidente do TJMA, Joaquim Figueiredo.

“É uma honra ser contemplado com a Medalha do Centenário do Tribunal de Justiça. Agradeço ao presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo, pelo generoso gesto, concedendo-me tão importante comenda de um Tribunal cuja história engrandece a Justiça maranhense brasileira”, assinalou o procurador da República de Portugal.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, disse que as palavras do procurador da República português

servem como valioso estímulo para que o Tribunal de Justiça continue exercendo sua missão visando a melhoria global dos serviços judiciários no Estado, em prol de uma Justiça célere, de boa qualidade e sempre próxima da população.

Antes da entrega da medalha ao procurador da República português, foi exibido um vídeo institucional sobre a trajetória histórica do Tribunal de Justiça do Maranhão, momento em que foram entregues ao visitante diversas publicações relativas à Corte Estadual de Justiça.

Na oportunidade, desembargador Froz Sobrinho entregou também a João Paulo Borgez Bichão um exemplar do livro “Direitos Humanos e Execução Penal”, publicação da Universidade Federal do Maranhão em homenagem ao seu trabalho em defesa dos direitos sociais e humanos na coordenação da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário no Estado.

Estiveram presentes, Laís Locatelli (investigadora do Instituto Jurídico Português), Maria da Glória Aquino (coordenadora de estágio da Universidade Federal do Maranhão), Lucylea Gonçalves França (chefe do Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão) e os diretores do Tribunal de Justiça, Mário Lobão (diretor-geral) e Mariana Clementino Brandão (Recursos Humanos).

## Emissão de registro tardio de nascimento pode ser feita direto no cartórios

As declarações de nascimento feitas após o decurso do prazo previsto em lei ou seja, pedidos de registro de nascimento tardio - podem ser feitos diretamente aos oficiais de Registro Civil do lugar de residência do interessado, ou pessoa por este especificamente designada para a prática do ato, independentemente de apreciação judicial. O procedimento para o registro tardio de nascimento diretamente nos cartórios extrajudiciais do Estado foi regulamentado pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ-MA), por meio do Provimento N° 28/2018, assinado pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

O interessado pode fazer o pedido por escrito, por meio de Formulário, ou apresentá-lo de forma oral, neste caso devendo ser reduzido a termo pelo Oficial, sempre contendo as informações previstas em Lei. Sempre que possível, o requerimento para registro tardio será acompanhado por Declaração de Nascimento Vivo (DNV) expedida por maternidade ou estabelecimento hospitalar, ou declaração contendo as informações da DNV; certidão negativa expedida pelo Oficial do local de nascimento do registrando; e cópias das certidões de nascimento dos irmãos, se houver.

De acordo com o corregedor, o objetivo da medida é simplificar e uniformizar o procedimento para

emissão tardia da certidão de nascimento, facilitando que pessoas da comunidade tenham maior facilidade para solicitar o documento e contribuindo para a redução dos índices de sub-registro no estado, ou seja, da parcela da população que nunca teve o primeiro registro de identificação. “Buscamos estabelecer regras mais claras para que tanto os oficiais de registro quanto os usuários possam realizar a emissão da certidão de nascimento com mais facilidade e segurança”, observa.

O Provimento N° 28/2018 considerou a Lei N° 11.790/2008, que alterou a Lei de Registros Públicos para permitir o registro da declaração de nascimento fora do prazo legal, independentemente da apreciação judicial; e a necessidade de adequação das regras locais com as normas do Provimento N° 28/2013, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre outros.

O procedimento não se aplica para a lavratura de assento de nascimento de indígenas, regulamentado por norma própria.

O Provimento enumera diversos critérios a serem observados pelos cartórios e pelos solicitantes para a emissão do registro tardio de nascimento, cujo requerimento deve ser assinado por duas testemunhas, atestando que as informações são verdadeiras, sob as penas da lei.

# poder

## Cobrança sobre TJs será maior desafio de novo corregedor de Justiça

### ANÁLISE

Frederico Vasconcelos

SÃO PAULO O corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, que tomou posse nesta terça (28), herdará do antecessor, João Otávio de Noronha, a tarefa de cobrar providências que foram determinadas nas inspeções nos tribunais estaduais.

Na cerimônia, Martins disse que vai manter as vitórias nessas cortes e que permanecerão as “boas práticas” de seus antecessores.

Os relatórios das inspeções revelam um quadro de graves irregularidades.

Essa cobrança poderá ser um divisor de águas no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A dúvida reside no estilo do novo xerife. Se o mineiro Noronha prometeu blindar a magistratura, o alagoano Martins vê a correção como uma terapia para juizes desobedientes.

Noronha descumpriu normas do CNJ no início e no final da gestão. Ao assumir, nomeou como juiz auxiliar o desembargador Carlos Vieira von Adamek, do Tribunal de Justiça de São Paulo, que não respeitou a “quarentena” de-

terminada pelo próprio CNJ.

Adamek está longe do tribunal de origem desde 2010. Reside em Brasília, onde tem casa própria e recebe auxílio moradia do tribunal paulista. Permanecerá na capital federal, pois deverá assumir a secretaria-geral do CNJ a partir de setembro.

As informações sobre as inspeções ficaram concentradas por dois anos na corregedoria nacional. O regimento interno determina à corregedoria submeter ao plenário os relatórios 15 dias depois de concluída a fiscalização.

Os relatórios foram aprovados em bloco pelo colegiado nas duas últimas sessões do conselho. Segundo informou o CNJ, “para todas as recomendações apontadas nos relatórios serão abertos pedidos de providências”. Ou seja, essas medidas poderiam ter sido tomadas meses atrás.

A título de exemplo, a inspeção no TJ de São Paulo — em março — gerou uma lista de 155 pedidos de providências.

Entre outras medidas, o tribunal paulista deverá prever

auditorias sobre benefícios a magistrados e fornecer extratos dos processos paralisados há mais de cem dias.

A corregedoria pediu esclarecimentos sobre prorrogação de contratos, principalmente os de engenharia, obras e reformas.

Por sua vez, o relatório da inspeção no TJ do Maranhão, em março de 2017, apresenta 73 recomendações e pedidos de providências.

O nepotismo ainda é praticado no estado. A corregedoria requereu a identificação de todos os ocupantes de cargos em comissão que guardem relação de parentesco com magistrados. Essa providência foi exigida de todos os tribunais nos primeiros anos do CNJ.

O tribunal deverá realizar ações “para reaver os valores pagos a título de adiantamentos, avaliando, inclusive, a utilização de eventuais medidas judiciais para cobrança”.

Cobrou ainda mais esforços no sistema prisional. “Deixar exclusivamente a cargo do Executivo a movimentação dos presos e indicação da uni-

dade prisional (com critério, em tese, de segurança, mas exclusivamente de pertencimento a facção criminosa), indica a prevalência do controle do crime organizado sobre o sistema prisional e total ausência do Estado”, registrou.

Colaborou Letícia Casado, de Brasília

# Em Foco

## **Curso de Segurança para magistrados é realizado em São Luís**

Juízes com atuação em São Luís e em comarcas do interior participam de formação intensiva para aprender estratégias e técnicas de autodefesa e segurança preventiva durante curso sobre Segurança Institucional (SEGINST). A capacitação é realizada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão sob a coordenação da Comissão de Segurança Institucional do TJMA e apoio do Exército Brasileiro e Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO**  
**Pregão Eletrônico S.R.P. nº 46/2018**  
**Processo nº 25283/2018**

**Objeto:** Registro de preços para aquisição de materiais diversos; **Justificativa:** Para adequação do Edital nas especificações do termo de referência; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 28 de agosto de 2018. Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeira TJMA.

## Pesquisa do CNJ aponta 80 milhões de processos em tramitação no país

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) informou que 80 milhões de processos estão em tramitação em todo o país e aguardam uma definição. Os dados fazem parte da pesquisa Justiça em Números, divulgada anualmente para orientar o trabalho de juízes e servidores da Justiça. Os números são referentes ao ano de 2017.

A pesquisa também revelou que o ramo da Justiça que mais faz acordos de conciliação é a Trabalhista. Em todo o país, 25% dos casos foram resolvidos por meio de um acordo entre o trabalhador e o empregador.

As despesas de todo o Poder Judiciário no ano passado foram R\$ 90,8 bilhões, registrando aumento de 4,4% em relação a 2016. Segundo o levantamento, o total de gastos representa 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB). As despesas com recursos humanos são responsáveis 90,5% do gasto total.

"A despesa média do Po-

der Judiciário por magistrado foi de aproximadamente R\$ 48,5 mil; por servidor, R\$ 15,2 mil; por terceirizado foi de R\$ 4,1 mil e por estagiário, R\$ 828,76", diz o relatório".

A pesquisa também mostrou que tempo médio de tramitação de uma sentença no Superior Tribunal de Justiça (STJ) é de 11 meses. No Tribunal Superior do Trabalho (TST), os ministros demoram cerca de 1 ano e dois meses para proferirem uma sentença.

Na primeira instância, porta de entrada da ação na Justiça, a sentença demora cerca de 2 anos e seis meses para ser proferida. Na fase de execução, o tempo médio sobe para seis anos e quatro meses. *(Agência Brasil)*

Divulgação



# Judiciário formaliza acordo com empresas responsáveis pela construção de presídios

O Poder Judiciário do Maranhão - por meio da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) e da Vara de Interesses Difusos e Coletivos - formalizou Termo de e Compromisso de Responsabilidade Social com empresas responsáveis pela construção, reforma e ampliação de unidades prisionais no Estado, visando à entrega das obras nos prazos estipulados nos contratos.

Previsto na Constituição Federal, o termo foi assinado pelo Judiciário, a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), a Procuradoria-Geral do Município e representantes de empresas de construção. A ideia é incentivar o diálogo entre os envolvidos, durante o desenvolvimento das obras, evitando a judicialização e garantindo o cumprimento dos cronogramas estabelecidos e as responsabilidades de cada órgão.

"Precisamos modificar nossa cultura e entender que, na maioria das vezes, o diálogo é a melhor solução. A nossa ideia é manter o diálogo, atuando na prevenção de litígios, garantindo o cumprimento dos prazos estabelecidos", assinalou o juiz Douglas Melo Martins, acrescentando que a assinatura do termo já demonstra o êxito da iniciativa.

"As empresas e os órgãos públicos assumiram compromissos, sem a necessidade de processo judicial. Um grande avanço para todos nós!", ressaltou.

O documento foi elaborado conforme o modelo utilizado na época da construção das unidades de internação para o cumprimento de medidas socioeducativas para adolescentes, em que o Judiciário também atuou no monitoramento das obras e como mediador de conflitos.

As empresas comprometeram-se a entregar as obras de construção e reforma das unidades prisionais nos prazos estipulados nos contratos. O Judiciário, por sua vez, vai monitorar administrativamente a reforma e construção de presídios no Maranhão, além de atuar como mediador entre os empresários e o Estado, dando todo o apoio.

"A construção das unidades prisionais tem uma relevância muito grande para a sociedade. E por isso, as empresas e as instituições envolvidas, inclusive estatais, precisam entregar as obras no prazo cor-

reto, com a prioridade necessária. Vamos oferecer todo o apoio necessário para que isso se concretize", frisou o juiz Douglas Martins.

De acordo com o Termo de Compromisso de Responsabilidade Social, o Judiciário e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária ficarão responsáveis em oferecer apoio às empresas por meio de ações determinadas durante as reuniões do Grupo de Trabalho de Monitoramento de Obras, composto por representantes da Justiça e das construtoras.

Ficou decidido também que será criado um grupo de WhatsApp, gerenciado pela Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, para facilitar a comunicação entre as partes, que se reunirão no dia 19 de outubro, às 11h, na Vara de Interesses Difusos e Coletivos, no Fórum de São Luís.

**Diálogo** - Os representantes das empresas aprovaram a iniciativa do Judiciário maranhense em dialogar com as empresas e tomar as providên-

cias administrativas necessárias junto aos órgãos competentes para garantir o andamento das obras.

Para o proprietário da empresa J. Meneses Construção Ltda., João José Meneses Silva, com a interferência do Judiciário, as negociações ficaram todas formalizadas bem como as responsabilidades de cada um. "Isso nos oferece segurança para cumprirmos os cronogramas das obras com mais agilidade", pontuou Menezes, cuja empresa é responsável pela construção do presídio de segurança máxima, em São Luís, e de uma unidade prisional em Governador Nunes Freire.

**Obras** - O cronograma de obras de reforma, ampliação e construção de presídios no Estado contempla os municípios de São Luís, Zé Doca, Porto Franco, Pinheiro, Governador Nunes Freire, Imperatriz, São João dos Patos, Colinas, Godofredo Viana, Santa Inês, Rosário, Barra do Corda, Viana, Presidente Dutra, Brejo e Carolina. (*Amanda Campos - Ascom/TJMA*)

Ribamar Pinheiro



***A parceria visa evitar a judicialização e garantir o cumprimento dos cronogramas estabelecidos e as responsabilidades de cada órgão na construção de presídios***

## **Mutirão sentencia 52 processos criminais em Santa Inês**

A 4ª Vara da Comarca de Santa Inês sentenciou 52 processos durante um Mutirão de Audiências relacionados a processos criminais que tramitam na unidade, realizado no período de 20 a 23 de agosto. Com o apoio de juízes, promotores de Justiça, defensores públicos e serventuários da Justiça, a juíza Denise Pedrosa Torres, titular da unidade, coordenou os trabalhos que interrogou e/ou ouviu 442 pessoas durante 140 audiências realizadas. Criada em 2011 e instalada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão no dia 19 de setembro de 2017, a 4ª Vara de Santa Inês possui competência exclusiva para processar e julgar os feitos criminais da comarca. À época, a unidade recebeu um acervo com 3.178 processos, conseguindo reduzi-lo em 25,68% em menos de um ano.

“Nossa avaliação do mutirão é muito positiva, pois conseguimos sentenciar 52 processos, muitos dos quais oriundos da Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça, que estipula o julgamento até 31 de dezembro deste ano, de 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014”, analisa a magistrada Denise Torres.

## Turiaçu

# Município tem prazo de 48 horas para disponibilizar transporte escolar para alunos da rede pública

O Município de Turiaçu deverá disponibilizar, no prazo de 48 horas (a contar da ciência da decisão), transporte escolar gratuito para todos os alunos da rede pública situada na sua área geográfica e que dependam do serviço para o seu deslocamento diário até a escola, sob pena de multa diária no importe de R\$ 10 mil, limitada a R\$ 200 mil. A determinação consta de decisão que concedeu tutela provisória de urgência, proferida pela juíza Urbanete de Angiolis, titular da comarca de Turiaçu. O prazo vale a partir da ciência da decisão por parte do Município. Na ação, o Ministério Público relatou que instaurou Procedimento Administrativo no mês de junho de 2016, para investigar irregularidades na oferta de transporte escolar para atender crianças e adolescentes matriculados na rede pública de Turiaçu. Narrou, ainda, que

recebeu diversas reclamações formais de moradores dos Povoados Alto da Alegria, Capoeira Grande e Santa Rita, todos localizados no entorno do Município, afirmando que não existe oferta de transporte escolar aos alunos que frequentam o ensino público em escolas localizadas na respectiva zona rural.

O MP afirma que em 12 de março deste ano foi realizada uma vistoria, na qual teria sido constatado que apenas um ônibus escolar, de uma frota de oito veículos, estaria em condições razoáveis para prestação desse importante serviço público. Ressaltou, ainda, entre os problemas relatados, a existência de “pneus carecas”, tacógrafos avariados, bancos rasgados, entre outros, que colocariam em risco a segurança do transporte dos estudantes.

O Município de Turiaçu

apresentou prestação de contas do período de 2015, 2016 e 2017, comprovando o recebimento de R\$ 283.777,97 (duzentos e oitenta e três mil setecentos e setenta e sete reais e noventa e sete centavos) de verba oriunda do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar/PNATE, consistente na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmara, serviço de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria e etc.

O MP ressaltou ainda que, por omissão ou desídia, o Município também não teria aderido ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no Estado do Maranhão/PEATE/MA, que propicia acesso a recursos financeiros pelos municípios para prestação do serviço de transporte escolar dos alunos do

ensino médio da rede pública estadual residentes na zona rural, o que agravaria, ainda mais, o estado caótico verificado. Por fim, ressaltou que a falta de transporte escolar implicaria em outros problemas, além da previsível evasão escolar, como também a utilização de motocicletas por menores, a fim de se deslocarem às suas escolas, o que constituiria ilícito de trânsito e ainda colocaria em risco a vida de tais crianças e adolescentes.

Além da imposição já citada, o Poder Judiciário determinou que, no prazo de 60 (sessenta) dias, o requerido submeta os veículos da frota escolar municipal à inspeção do Detran/MA, adequando os respectivos veículos às exigências dos artigos 136 e 137 do Código de Trânsito Brasileiro, tudo sem a interrupção do serviço e mediante comprovação no processo, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil, limitada a R\$ 100 mil.

## Eletroshop terá que restituir consumidora que pagou e não recebeu em Matões

Uma sentença proferida pelo Poder Judiciário em Matões condenou a loja Eletroshop a devolver valores a uma consumidora que pagou parcelas de um bem e não recebeu. A consumidora alega que pagou 30 parcelas e a empresa fechou, sem entregar o bem e nem devolver o dinheiro a dezenas de pessoas na mesma situação. De acordo com a sentença, a consumidora deverá receber a importância de R\$ 4.315, valor aplicado de forma parcelada na compra do bem. A Justiça entende que o caso em questão é típico contrato de adesão, o que afasta a alegação da empresa de que o mesmo teria sido livremente pactuado entre as partes.

Na ação, a autora alegou que aderiu ao contrato de “Compra Premiada Eletroshop” e que, após o pagamento da prestação de número 30, tendo pago o montante de R\$ 4.315, a empresa requerida encerrou suas atividades deixando o autor, e

dezenas de consumidores no prejuízo, sem entregar o produto objeto do negócio. Diante disso, entrou com um processo na esfera judicial visando condenação da requerida na obrigação de pagar consistente em devolver integralmente os valores pagos, em dobro, e a condenação em danos morais.

“O contrato firmado entre as partes, apesar de denominado de contrato de venda e compra parcelada, trata-se, em verdade, de um contrato atípico que muito se assemelha ao contrato de consórcio, embora também não o seja. Mencione-se, ainda, que o Código de Defesa do Consumidor, o qual é perfeitamente aplicável ao presente caso, tendo em vista ser o requerente destinatário final dos produtos fornecidos pela requerida, assegura ao consumidor a facilitação da defesa dos seus direitos, inclusive com a declaração de nulidade das cláusulas contratuais consideradas abusivas, nos termos do seu art.

51”, discorre a sentença. O Judiciário entende que houve abusividade e desequilíbrio na relação contratual, mais especificamente na cláusula que prevê que, requisitada a rescisão contratual, o comprador poderá resgatar o que pagou, em mercadorias da empresa, no prazo de 60 dias após o término do contrato, deduzidas as despesas fiscais, contábeis e de serviço, não ultrapassando o limite de 30% (trinta por cento) do montante pago.

Ao negar o pagamento de dano moral, a Justiça explicou que, para a configuração do dano é necessário que o demandado tivesse realizado uma conduta que ofendesse a honra, a intimidade ou o nome da autora, o que seria o bastante para configurar a existência do dano de natureza moral. “No entanto, tal fato não restou exposto nos autos, não estando presentes os pressupostos da obrigação de indenizar”, finalizou a sentença judicial.

## Presidente do TJMA recebe procurador da República de Portugal

O procurador da República de Portugal, João Paulo Borgez Bichão – acompanhado do desembargador Froz Sobrinho – reuniu-se com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, no Palácio Clóvis Beviláqua.

Na ocasião, os desembargadores Joaquim Figueiredo, Fróz Sobrinho e Raimundo Barros tiveram a oportunidade de trocar impressões com João Paulo Borgez Bichão, sobretudo na questão dos direitos humanos. Durante a visita, João Paulo Borgez – doutor e pós-doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (Espanha) – foi homenageado com a Medalha do Centenário do Tribunal de Justiça do Maranhão, entregue pelo presidente do TJMA.

"É uma honra ser contemplado com a Medalha do Centenário do Tribunal de Justiça.

Agradeço ao presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo, pelo generoso gesto, concedendo-me tão importante comenda de um Tribunal cuja história engrandece a Justiça maranhense brasileira", assinalou o procurador da República de Portugal.

Joaquim Figueiredo disse que as palavras do procurador da República português servem como valioso estímulo para que

o Tribunal de Justiça continue exercendo sua missão, visando a melhoria global dos serviços judiciários no Estado, em prol de uma Justiça célere, de boa qualidade e sempre próxima da população.

Antes da entrega da medalha ao procurador da República português, foi exibido um vídeo institucional sobre a trajetória histórica do TJMA, momento em que foram entregues ao visitante diversas publicações relativas à Corte Estadual de Justiça.

Na oportunidade, desembargador Froz Sobrinho entregou também a João Paulo Borgez Bichão um exemplar do livro "Direitos Humanos e Execução Penal", publicação da Universidade Federal do Maranhão em homenagem ao seu trabalho em defesa dos direitos sociais e humanos na coordenação da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário no Estado.

Estiveram presentes, Laís Locatelli (investigadora do Instituto Jurídico Português), Maria da Glória Aquino (coordenadora de estágio da Universidade Federal do Maranhão), Lucylea Gonçalves França (chefe do Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão) e os diretores do Tribunal de Justiça, Mário Lobão (diretor-geral) e Mariana Clementino Brandão (Recursos Humanos).

DIVULGAÇÃO



Na ocasião o Procurador da República de Portugal foi agraciado com a Medalha do Bicentenário do TJMA

## **Curso de Segurança para magistrados é realizado em S. Luís**

Juízes com atuação em São Luís e em comarcas do interior participam de formação intensiva para aprender estratégias e técnicas de autodefesa e segurança preventiva durante curso sobre Segurança Institucional (SEGINST). A capacitação é realizada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão, sob a coordenação da Comissão de Segurança Institucional do TJMA e apoio do Exército Brasileiro e Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA). A abertura da formação ocorreu na última segunda (27), no auditório do 24º Batalhão de Infantaria Leve (BIL) do Exército, e contou com as presenças do presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Judiciário, desembargador Raimundo José Barros de Sousa; do diretor de Segurança Institucional do Tribunal, tenente-coronel Alexandre Magno Nunes; e do presidente da AMMA, juiz Ângelo Santos. Com carga horária de 40 horas-aula, o curso será realizado até 31 de agosto, com o objetivo de capacitar juízes na adoção de noções e técnicas de autodefesa que os auxiliem na proteção de suas integridades, por meio de priorização de condutas de segurança preventiva nas mais diversas situações do dia a dia e do trabalho.

## Judiciário formaliza acordo com empresas responsáveis pela construção de presídios

O Poder Judiciário do Maranhão – por meio da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) e da Vara de Interesses Difusos e Coletivos – formalizou Termo de Compromisso de Responsabilidade Social com empresas responsáveis pela construção, reforma e ampliação de unidades prisionais no estado, visando à entrega das obras nos prazos estipulados nos contratos.

Previsto na Constituição Federal, o termo foi assinado pelo Judiciário, a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), a Procuradoria-Geral do Município e representantes de empresas de construção. A ideia é incentivar o diálogo entre os envolvidos, durante o desenvolvimento das obras, evitando a judicialização e garantindo o cumprimento dos cronogramas estabelecidos e as responsabilidades de cada órgão. As empresas comprometeram-se a entregar as obras de construção e reforma das unidades prisionais nos prazos estipulados nos contratos. O Judiciário, por sua vez, vai monitorar administrativamente a reforma e construção de presídios

no Maranhão, além de atuar como mediador entre os empresários e o Estado, dando todo o apoio. De acordo com o Termo de Compromisso de Responsabilidade Social, o Judiciário e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária ficarão responsáveis em oferecer apoio às empresas por meio de ações determinadas durante as reuniões do Grupo de Trabalho de Monitoramento de Obras, composto por representantes da Justiça e das construtoras. Ficou decidido também que será criado um grupo de WhatsApp, gerenciado pela Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA, para facilitar a comunicação entre as partes, que se reunirão no dia 19 de outubro, às 11h, na Vara de Interesses Difusos e Coletivos.

### **OBRAS**

O cronograma de obras de reforma, ampliação e construção de presídios no Estado contempla os municípios de São Luís, Zé Doca, Porto Franco, Pinheiro, Governador Nunes Freire, Imperatriz, São João dos Patos, Colinas, Godofredo Viana, Santa Inês, Rosário, Barra do Corda, Viana, Presidente Dutra, Brejo e Carolina.

## **Dois acusados são condenados pelo Tribunal do Júri em Codó**

A juíza Flávia Pereira Barçante, titular da 3ª Vara de Codó, presidiu duas sessões do Tribunal do Júri na última semana. Os réus foram Ermilson Cunha Lopes, levado a júri popular no dia 21, e Paulo Roberto Maximiano Viana, em sessão realizada no dia 23. Ambos estavam sendo acusados de prática de homicídio, tendo como vítimas Francisco de Assis Cardoso e Jairo Anastácio Bizarria, respectivamente, e foram considerados culpados pelo Conselho de Sentença.

No primeiro caso, consta no inquérito que na data de 12 de junho de 2016, o acusado teria estrangulado Francisco de Assis com um fio, roubando sua motocicleta em seguida.

Foi apurado ainda nas investigações, que a vítima teria em relacionamento com o acusado. O crime ocorreu na Rua Santa Helena, no Bairro Trizidela. Após o homicídio, em depoimento à polícia, o réu confessou ter sido o autor. Ele foi considerado culpado pelo conselho de sentença e recebeu a pena de 15 anos e dois meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

No segundo julgamento, o réu Paulo Roberto estava sendo acusado de ter matado, junto com outras duas pessoas, a vítima Jairo Anastácio Bizarria, em 3 de julho de 2015. De acordo com relatos na denúncia, a vítima ingeria bebida alcoólica na companhia de um homem identificado como Francisco das Chagas, e posteriormente na companhia de outro acusado, Antônio José Rodrigues, no Bar do Linhares, de propriedade do avô de Paulo Roberto.

Pouco tempo depois, os dois acusados levaram José Anastácio até o corredor da folia, festa promovida pelo Município, quando Paulo Roberto teria empurrado a vítima para dentro de um veículo Gol. A polícia apurou que o crime teria sido praticado por causa de questões envolvendo drogas, haja vista que materiais de enrolar cocaína foram encontrados junto ao corpo da vítima.

Paulo Roberto foi considerado culpado e recebeu a pena de 14 anos e três meses de reclusão, pena a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

# Após mais de dois anos de espera, tem início reforma da Feira da Cidade Operária

*Restauração do mercado foi determinada em uma liminar assinada pelo juiz Clésio Coelho Cunha, da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, em dezembro de 2015*

NELSON MELO

Após uma longa espera e realização de protestos de moradores e feirantes, finalmente, foi iniciada a reforma da Feira da Cidade Operária, em São Luís. Desde a semana passada, operários estão lá em um trecho do mercado, inicialmente, para obras em dois galpões. Apesar disso, os comerciantes não têm certeza sobre o destino dos boxes e barracas, pois, segundo disseram, ainda não foi revelado nada sobre para onde serão remanejados, como a reportagem do **Jornal Pequeno** apurou. O JP verificou pedreiros trabalhando em uma parte da feira, que foi isolada com tapumes. Um homem, que informou ser responsável pela fiscalização da equipe, mas não quis se identificar, disse que a reforma começou na terça-feira passada, em atendimento a uma ordem de serviço. Segundo ele, a primeira etapa das obras vai abranger dois galpões que, como se expressou, estavam praticamente abandonados e ocupados, rotineiramente, por usuários de drogas. No local, comentou o profissional, havia apenas poucas pessoas nas barracas de concreto e que foram remanejadas para o lado de fora, às margens da Avenida Este. Após a intervenção na estrutura daquele anexo, segundo ele, as obras serão realizadas em outras partes da feira, que foi inaugurada em junho de 1989, no governo de Epitácio Cafeteira. O prazo para o encerramento da reforma, em sua totalidade, é de 240 dias, como é indicado na placa fixada ao lado dos dois galpões, que possuem, nas laterais, três contêineres para o depósito de lixo.

Na placa, existe a informação de que o valor total da obra é de R\$ 7.108.914,37 milhões e que as obras estão sendo realizadas pela empresa Shammal Transporte e Construção Ltda.

Para a comerciante Maria do Amparo, de 74 anos, a satisfação em ver os operários trabalhando é muito grande e gera até um alívio, tendo em vista que, em 30 anos que possui seu espaço de vendas na Feira da Cidade Operária, nunca tinha presenciado uma reforma. A idosa contou que a situação na feira está tão degradante que, em outros estados, é conhecida como “Feira do Urubu”, como uma turista lhe confessou há alguns meses quando comprou algumas peças de roupas em sua loja. ‘Dona’ Amparo disse que, com o início das obras, já melhorou um pouco porque os galhos de uma árvore, que fica ao lado dos dois galpões, foram cortados pelas equipes, sendo que a planta era frequentemente utilizada como ponto de pouso para urubus.

A aposentada Maria de Lourdes Silva, 69, que disse morar no bairro há mais de 30 anos, demonstrou alegria com o início das obras de adaptação, ao conversar com a equipe do JP enquanto comprava um “maço” de cheiro verde. Para ela, o ambiente necessitava urgente de uma reforma, sobretudo por conta do forte odor de fezes, urina e lixo acumulados no local. Segundo a idosa, a precariedade da feira propicia, também, a presença de usuários de entorpecentes e autores de pequenos furtos, que se aproveitam da péssima estrutura para alimentar o vício e praticar delitos.

## FEIRANTES EM DÚVIDA

Mas, para outros feirantes, a situação ainda gera incertezas, como desabafou Luiz Gonzaga Gonçalves Souza, que possui um box no mercado da Cidade Operária há cinco anos, mas que trabalha no local há três décadas. De acordo com ele, os próprios açougueiros se reuniram, há três anos, cansados de esperar pela tão anunciada reforma, e fizeram uma intervenção no mercado. Com dinheiro arrecadado, colocaram piso no chão e nos boxes, e ainda trocaram as telhas.

Luiz falou que, depois da reforma feita pelos próprios açougueiros, o ambiente ganhou um “novo visual”, como os próprios consumidores elogiaram, sendo que alguns boxes continuam sendo reformados, conforme verificado pela reportagem do JP, na manhã de ontem (27). O grupo ainda paga um vigilante, mensalmente, para fazer a segurança do mercado durante a noite, até o início do dia seguinte. Cada membro contribui com R\$ 48, como ‘seu’ Gonzaga salientou. Diante dessa realidade, os comerciantes querem saber se o prédio será demolido, como estaria previsto nas obras de reforma da feira.

Se isso acontecer, comentou Luiz Gonzaga, será um grande prejuízo diante do dinheiro que já foi gasto pelos próprios açougueiros, sendo que alguns já desembolsaram até R\$ 7 mil de 2015 para cá com as melhorias em um box. “O mercado não precisa ser demolido, pois nós já fizemos todas as intervenções possíveis nele e não há reclamação por parte dos clientes. Se há uma parte que precisa ser mudada, é o telhado”, assinalou o comerciante.

## REFORMA APÓS AÇÃO DO MP

Importante destacar que a reforma da Feira da Cidade Operária é o resultado de uma ação movida pelo Ministério Público, que conseguiu um pedido de tutela antecipada (em caráter liminar) junto ao Poder Judiciário, por meio da Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís, a partir de decisão do juiz Clésio Coelho Cunha, em dezembro de 2015. Na época, a Justiça estabeleceu um prazo de 30 dias para que o governo do Estado divulgasse o cronograma da obra de adaptação e ainda fixou uma multa de R\$ 2 mil em caso de descumprimento da ordem judicial.

### PROJETO APRESENTADO EM 2017

Conforme apurado pelo **Jornal Pequeno**, no dia 29 de maio de 2017, uma comissão responsável pelo projeto arquitetônico, formada pela Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrima) e Infraestrutura (Sinfra), apresentou aos feirantes o desenho do que deve ser o hortomercado depois da reforma. Na época, o secretário de Governo, Antônio Nunes, explicou que a reunião tinha duas finalidades: apresentar o esboço arquitetônico e mostrar o que estava sendo feito, e seria feito, para a gestão do mercado, por meio do Programa de Feiras e Mercados, da Sagrima.

Durante a apresentação realizada pelo arquiteto Paulo Figueiras, a reforma teria sido visualizada em duas etapas. A primeira seria a ampliação de 1632m<sup>2</sup> do galpão lateral com a construção de 97 boxes. Os módulos seriam construídos com revestimento cerâmico e alvenaria para facilitar a limpeza. Essa área teria a finalidade para a venda de carnes, peixes e aves, com espaço para o refrigerador de exposição, freezer e pia. Nesse local também seria construído um ambiente para lanchonete com 21 boxes, dois quiosques e 12 mesas com cadeiras para os clientes.

A segunda etapa seria a reforma do prédio principal, com 2567 m<sup>2</sup>. Nessa área, pelo projeto,

deveriam conter 228 boxes com capacidade para atender 456 feirantes para a venda de hortifrutis. O móvel teria revestimento cerâmico para a higienização correta do ambiente e espaço para a instalação de bancada de madeira para exposição e venda dos produtos.

### OUTRO LADO

A Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrima) informou, por meio de nota, que os serviços de equalificação da feira da Cidade Operária iniciaram na última terça-feira (21). E que o prazo da obra é de 240 dias. Foi dito que o local receberá investimentos no valor de R\$ 7,9 milhões, para realização de reparos na cobertura e estrutura, nos pisos, reservatório elevado com capacidade de 35m<sup>3</sup>, transferência dos boxes de fornecedores de produtos de origem animal para o galpão com capacidade para 97 boxes, transferência dos feirantes para o prédio principal com capacidade para 228 feirantes, reforma do estacionamento, recuperação estrutural da superestrutura, entre outros. A Sagrima destacou que a referida feira não passa por reparos há mais de 40 anos. Sagrima esclareceu que, juntamente com a Secretaria de Estado das Cidades (Secid), irá gerenciar as demandas dos consumidores e feirantes da Cidade Operária, por meio de um escritório que funcionará no local, atuando como um setor sócio administrativo.



Feirantes que trabalham no prédio principal do mercado realizaram reformas em seus boxes, e temem que as melhorias sejam destruídas



FOTOS: FRANCISCO SILVA

Desde a última terça-feira (21), operários trabalham na primeira etapa da reforma da Feira da Cidade Operária